

TEIXEIRA DE FREITAS – DITOS E NÃO DITOS: Uma cidade em disputa de memórias

LILIANE MARIA FERNANDES CORDEIRO GOMES¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir acerca de disputas de memória no processo de construção de registros sobre a História da cidade de Teixeira de Freitas localizada no Extremo sul baiano e impactada pela BR 101 desde o início da década de 1970, quando ainda era, ao mesmo tempo, município de Alcobaça-BA e de Caravelas-BA. Ao buscar, a partir do uso da metodologia da história oral, memórias de moradores, homens e mulheres, que tiveram suas vidas tecidas neste lugar tem-se acesso a elementos que contribuem no processo de construção do conhecimento sobre a história da referida cidade a partir de vozes dissonantes. Essas indicam a complexidade da história de uma cidade que não foi/é tecida seguindo os ditames de um único projeto associado, por exemplo, à ideia de progresso que a memória oficial, expressa em jornais locais e estaduais, busca relacionar a construção e implantação da BR 101. Neste sentido é dito em jornais que o incremento econômico da cidade deu-se a partir da chegada das madeiras. Por outro lado têm-se muitos “não ditos”. Como os sujeitos históricos que viviam no lugar antes da década de 1970 se organizaram cotidianamente para continuar a viver naquele lugar agora destinado, segundo os planos estaduais e nacionais, a experienciar o progresso? A eles/elas foi reservado qual papel? Como suas vidas se desenharam na cidade que se esboçava as margens da BR 101? Quais as tensões para com os lugares de memória existentes na cidade? A partir de orientações de trabalhos de Conclusão de Curso de discentes do Colegiado de História do Departamento de Educação – Campus X – UNEB, acerca da história da referida cidade, em que se fez uso, não sem dificuldades, de fontes orais, arquivo de jornal local, arquivos pessoais e do arquivo da Cúria Diocesana, é possível inferir tensões neste processo de construção de memória, com espaço para silenciamentos e dores que indicam a existência de cicatrizes da memória. O aporte teórico utilizado nesta pesquisa é composto, entre outros, por Nora (1993), Pollack (1992), Amado (1996), Scott (1982), Koopmans (2005), Certeau (1994), e Bresciani (1993). A pesquisa indica a existência de sujeitos históricos que se sabem referências na história da cidade, tendo inclusive atuado a partir de ações de resistência ao projeto de ocupação das terras daquele lugar. É possível, pois afirmar que pesquisas desenvolvidas na referida Instituição de Ensino Superior tem dado visibilidade, ao menos ao mundo acadêmico, a sujeitos históricos que a memória oficial, em linhas gerais, busca invisibilizar.

Palavras-chave: Memória, Resistência, Cidade, BR 101, Progresso.

¹ Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação DEDC/X, Teixeira de Freitas – BA. Mestra em História Regional e Local.

Este artigo tem como objetivo refletir acerca de disputas de memória no processo de construção de registros sobre a História da cidade de Teixeira de Freitas localizada no Extremo sul baiano, a 827 km de Salvador, e impactada pela BR 101 desde o início da década de 1970, quando ainda era, ao mesmo tempo, município de Alcobaça-BA e de Caravelas-BA.

A referida cidade conquistou sua emancipação política há 30 anos, em 09 de maio de 1985. Antes disso sua história já vinha sendo tecida a partir de ações socioeconômicas, políticas e culturais dos sujeitos que a habitavam.

Pode-se afirmar que, comumente, as histórias das cidades são constituídas a partir de um processo de disputa de memória (BRESCIANI, 1993). No caso em análise, observa-se que tal disputa acirrou-se a partir de 2006, ano no qual, após um processo de luta da comunidade acadêmica da Universidade do Estado da Bahia em consonância com anseios sinalizados pela comunidade local foi implantado o curso de licenciatura em História do Departamento de Educação – Campus X da Universidade do Estado da Bahia – DEDC/X UNEB. Tal observação é fruto do fato de atuar na condição de Professora Assistente do colegiado de História do referido departamento desde 2006.

Sinaliza-se aqui que parte significativa dos trabalhos de conclusão de curso deste colegiado, apresentados em formato de monografias, abordam temáticas contemporâneas que dialogam com a história de cidades da região do extremo sul baiano, muitas delas ainda não registradas em pesquisas outras. Daí a preponderância, mas não exclusividade, do uso de fontes orais, em que os estudantes/pesquisadores utilizam-se da metodologia da história oral para acessar memórias de homens e mulheres, atentando para aquilo que Portelli sinaliza no que diz respeito ao papel do pesquisador

[...] mais do que “recolher” memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações. A diferença cultural entre pesquisador e narrador sujeita este último a estímulos imprevistos, força-o a explorar setores e aspectos da sua experiência que geralmente não são mencionados quando ele conta histórias ao seu círculo imediato. (PORTELLI, 2010: 20)

As abordagens e discussões teóricas encetadas a partir dos componentes curriculares do curso de história do DEDC/X acerca das implicações da postura do pesquisador ao fazer uso da metodologia da história oral, bem como a realização de eventos acadêmicos sobre a temática – colóquios, semana de história - contribuíram para que provocações pertinentes fossem feitas, pelos estudantes/pesquisadores aos entrevistados no intuito de possibilitar desvelamentos conforme sinalizados por Portelli.

Salienta-se também que muitos do(a)s entrevistado(a)s não dominam a escrita e neste sentido ter acesso as informações produzidas por ele(a)s enriquece uma pesquisa à medida que

[...] as fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida. Outro aspecto diz respeito ao conteúdo: a vida diária e a cultura material destas pessoas e grupos. (PORTELLI, 1997: 27)

Complementando essa proposição feita por Portelli nos parece importante levar em conta aquilo que Joutard sugere em relação à dimensão assumida pela oralidade ao afirmar

Não se pode esquecer que, mesmo no caso daqueles que dominam perfeitamente a escrita e nos deixam memórias ou cartas, o oral nos revela o “indescritível”, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas “muito insignificantes” – é o mundo da cotidianidade – ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita. É através do oral que se pode aprender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universal racional. (JOUTARD, 2000: 33-34)

Além disso, destaca-se o fato destes estudantes/pesquisadores se depararem com algumas das dificuldades de realização de trabalhos de cunho regional, a partir de documentos escritos, tais como problemas com a conservação destes documentos, desorganização dos mesmos e apropriação destes por particulares (AMADO, 1990).

No intuito de buscar atender ao rigor metodológico necessário ao trabalho com a metodologia da história oral, durante a pesquisa de campo, os estudantes fazem uso de questionários semi-estruturados, em entrevistas previamente agendadas. Tais entrevistas são gravadas (com a autorização do entrevistado ou entrevistada), transcritas e analisadas no corpo dos textos da

pesquisa de modo a cuidar para que não se cometa um dos equívocos próprios à chamada História oral “militante”, qual seja tomar o relato de uma entrevista como sendo a própria história (ALBERTI, 2005).

Por outro lado, conforme defendido por Pollack, ao ter acesso à memória narrada por um indivíduo temos também acesso aos acontecimentos

[...] "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLACK, 1992: 201).

Situação essa que enriquece uma pesquisa acerca da história de uma cidade que possui poucos registros escritos. Na contramão desta não volumosa produção escrita e chancelada pelo universo acadêmico a respeito da história da cidade vê-se, ainda na primeira década do século XXI, uma confluência de textos sendo produzidos, no colegiado de História do DEDC/X – da UNEB, sobre praças, feiras livres, famílias e sociabilidades, emancipação política, festas, religiosidades da região do extremo sul baiano e da cidade de Teixeira de Freitas.

Na condição de professora do referido colegiado tenho, ao longo dos anos, orientado, não sem dificuldades, diversos trabalhos que tratam de histórias e memórias da cidade, bem como, participado de bancas de defesa de monografias acerca de problemáticas distintas que dialogam com o tema. Além disso, presencio defesas de monografias, bem como tenho tido acesso aos textos das mesmas. Nesta condição tenho podido acessar uma série de elementos que indicam disputas de memórias que veem se desenrolando na tessitura da construção dos registros da história da cidade. São alguns destes aspectos que serão apresentados e analisados ao longo deste texto.

Uma aproximação com a história de Teixeira de Freitas

Sobre a história de Teixeira de Freitas é comum deparar-se com assertivas eivadas de equívocos e ou silêncios, comumente estas ganham espaço nas páginas de jornais locais. De

forma específica pode-se exemplificar aqui a situação construída acerca da história da cidade a partir do *Jornal Alerta*, periódico de circulação em algumas das cidades da região do extremo sul baiano e que existe desde 01/07/1987. Este jornal costuma veicular, na primeira semana de maio de cada ano, uma edição comemorativa ao aniversário da cidade. Comumente tais publicações constituem uma cópia, com nova diagramação, das edições do próprio jornal nos anos anteriores. Ali se repete alguns temas, a saber: Nomes dados ao vilarejo antes deste se tornar cidade; significado da atividade madeireira na região desde a década de 1950 com incremento desta na década seguinte com a vinda de imigrantes madeireiros do estado vizinho, Espírito Santo; a origem do nome da cidade, em 1957, como homenagem ao estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas; importância da implantação da BR 101, no início da década de 1970, para o progresso e crescimento da cidade; a importância de famílias tradicionais fundadoras da cidade e detentoras de poder político local. Essa era a história comumente apresentada e que deixava ver nas entrelinhas uma série de ausências. Entre estas é possível destacar: Como os sujeitos históricos que viviam no lugar antes da década de 1970 se organizaram cotidianamente para continuar a viver naquele lugar agora destinado, segundo os planos estaduais e nacionais, a experienciar o progresso? A eles/elas foi reservado qual papel? Como suas vidas se desenharam na cidade que se esboçava as margens da BR 101? Quais as tensões para com os lugares de memória existentes na cidade?

Ainda nas matérias do referido jornal, tinha-se a impressão de que a tessitura da história da cidade havia sido feita sem conflitos, sem dissonâncias. A leitura das mesmas fazia crer, aos leitores menos atentos e críticos, que Teixeira de Freitas de fato fazia jus ao seu apelido idílico, também amplamente divulgado por aquele meio de comunicação, qual seja, “A Princesinha do Extremo Sul”! Um olhar mais acurado capta o fato de que este discurso estava amalgamado à ideia de modernidade, desenhada nos paradigmas dos governos nacionais desde a *belle époque* no Rio de Janeiro e que, ao longo dos anos, foi sendo aprimorado e incorporado aos modelos de desenvolvimento que bem atendia ao incremento do capitalismo. O processo de modernização conservadora do campo (SILVA, 1989) encontra-se expresso também na região do extremo sul baiano e traz em seu bojo uma série de reconfigurações do papel desta região o que implica em transformações espaciais. Foi assim que no final da década de 1960, período já marcado pela brutalidade da ditadura militar, o governo determinou a desativação da estrada de ferro Bahia Minas e, incrementou a abertura de

rodovias que ligassem os centros desenvolvidos a regiões que ofereciam possibilidade de exploração de forma a atender anseios do sistema capitalista. Foi neste contexto que a BR 101 começou a ser construída no início da década de 70 e o trecho que liga Salvador-Bahia a Vitória- Espírito Santo foi inaugurado em 22 de abril de 1973 pelo então governador do estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (KOOPMANS, 2005).

Assim, símbolos e regras de urbanização implantadas, muitas vezes na base da violência (CARVALHO, 1987), em capitais brasileiras escoaram para o interior e, em tempos mais recentes, ditaram padrões a serem seguidos por cidades que queriam se ver e serem vistas como desenvolvidas e modernas. Daí a ênfase de suas histórias nos símbolos do progresso, e na década de 70 e 80 do século XX um destes símbolos eram as rodovias, as estradas que ligavam os interiores as capitais, que possibilitariam o escoamento dos produtos agrícolas, o contato com a modernidade e com o progresso. Situações essas dignas de ocupar lugares de memória, de estarem escritas nos espaços públicos e serem homenageadas como elementos de uma História Grande². Os silêncios podem constituir indícios de fissuras, vivências que indicam conflitos ou mesmo a tentativa de não revelar aquilo que pode, no tempo presente, ser avaliado como algo menos importante, ignóbil, não digno de entrar para a história de uma cidade.

Muitas memórias, outras histórias!

Com a formação da primeira turma de História do DEDC/X no ano de 2010 começaram a ser escritos, a partir de pesquisas acadêmicas, trabalhos de conclusão de curso em forma de monografias que friccionavam aquela história única da cidade apresentada no tópico anterior. Diferentes vozes, inclusive do povo iletrado (PORTELLI, 1997), deixava ver alguns dos não ditos acerca da história da cidade. Também, como já explicitado, muitos destes trabalhos foram constituídos a partir da metodologia da história oral o que possibilitou o contato com memórias do(a)s entrevistado(a)s. Importante esclarecer aqui a partir de qual aporte teórico compreende-se memória neste artigo.

² Aqui se faz referência ao termo usado no texto fílmico *Narradores de Javé*, direção de Eliane Caffé.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, neste sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993:09)

Compreende-se, pois, a partir desta definição de memória, que o uso da mesma em uma atividade de pesquisa está eivado de potencialidades e limitações (GOMES, 2009) à medida que o(a) pesquisador(a) terá acesso a fragmentos, ou seja, a uma composição de memória.

Entre os trabalhos produzidos no ano de 2010, chamo a atenção, para três produções, por mim orientadas, a saber: A vida privada de negros pioneiros no povoamento de Teixeira de Freitas na década de 1960, de autoria de Susana Teodoro Ferreira; O processo de emancipação política de Teixeira de Freitas (1972-1985) de autoria de Jailson Carlos Pereira Guerra e Leonardo Santos Silva e A feira livre, um olhar para a cidade de Teixeira de Freitas – 1960 a 2009 de autoria de Alzinete Ferreira Santos e Talita Alves Maia. Cada um destes estudos trouxe à baila, a partir de fontes orais, outras possibilidades de leitura da história da cidade.

Na produção de Ferreira, a problemática abordada fricciona aquilo que quase sempre é apresentado na mídia impressa local que atrela o desenvolvimento da cidade unicamente ao incremento da atividade madeireira e aos migrantes capixabas e desqualifica, através do silenciamento, a atuação de famílias negras pioneiras que ali estabeleceram o “Comercinho dos Pretos”.

Ao entrevistar descendentes de um destes pioneiros, Manoel de Etelvina, “[...] o colonheiro, que vendia cachaça, feijão e milho”³ (In: FERREIRA, 2010: 35) mais precisamente, sua sobrinha, a senhora Maria Decília Romualdo, que à época da entrevista tinha 64 anos, Ferreira pode ter acesso aos acontecimentos “vividos por tabela” que constituem uma memória quase que herdada conforme proposição de Pollack (1992).

Olha, eu sei que a gente tem uma descendência de Angola [...] Ouvia muita coisa, elas [as pessoas] conversando, nesta época quando eu fui crescendo, criança não tinha liberdade de ficar junto com os mais velhos [...] Mas, eu sempre fui curiosa, ficava de bituquina, assistindo às palestras delas [...] Eles [meus avós paternos] chegaram a ser escravos, minha avó mesmo contava que ela foi ainda no tempo da

³ Em entrevista dada a Ferreira pelo Sr. Isael de Freitas Correia à época com 93 anos de idade.

escravidão [...] vieram no porão do navio pra cá, [...] com certeza no porto de Caravelas. (In: FERREIRA, 2010: 39)

Outro entrevistado, senhor Godoaldo Amaral, à época com 75 anos de idade, também indica a ascendência africana de Manoel de Etelvina

Manoel de Etelvina veio da primeira colônia aqui na Bahia, eles falavam tudo nagô [...] Os senhores tinham casa de engenho aqui neste meio na região Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas [...] Manoel de Etelvina veio da região de Helvécia, lá tinha a Colônia Leopoldina, isso [...] (In: FERREIRA, 2010: 37)

Na pesquisa, através não somente da análise de entrevistas, mas também do cruzamento destas com outras fontes, revelou-se a existência e protagonismo de sujeitos afrodescendentes que residiam na zona rural, em espaços que à época pertenciam a Alcobaça e Caravelas, desenvolviam atividades na lavoura e comercializavam seus produtos não só no povoado, o Comércio dos Pretos, como também o faziam em localidades próximas, ligadas pela Estrada de Ferro Bahia e Minas. Indicando, pois que “relações socioeconômicas e culturais aconteciam no lugar, antecedendo a intensificação do extrativismo da madeira ocorrido a partir de 1960, quando se proliferaram as serrarias” (FERREIRA, 2010: 38)

Por seu turno, no texto de Guerra e Silva (2010), temos o enfrentamento feito pelos autores no intuito de desvelar as relações do processo de emancipação da cidade, quase sempre apresentado pelo senso comum, e endossado pela imprensa local, como sendo uma conquista que ocorreu graças a decisões de grupos políticos da localidade que teriam representado a unanimidade da população. Como se todos tivessem sido favoráveis à decisão de emancipação de Teixeira de Freitas. Outro aspecto friccionado pela pesquisa em questão diz respeito ao viés personalista comumente apresentado dando um tom de heroísmo aos homens da elite política local, que teriam sido, por obra e graça de suas ações e destemor, responsáveis por fazer acontecer aquilo que era a vontade da população municipal, ou seja, a emancipação. Essas assertivas não deixam ver os interesses pessoais de muitos destes políticos no intuito de galgar cargos no executivo local, posto uma nova cidade demandar a existência de uma Câmara de vereadores e prefeito para representá-la.

Guerra e Silva tratam do contexto que permeou este processo de emancipação política de Teixeira de Freitas destacando a existência da ditadura militar, bem como o processo de

abertura política que estava sendo constituído à época. Neste sentido os autores ponderam, ainda na introdução, que pretendem

[...] discorrer sobre as decisões políticas tomadas nos âmbitos estadual e federal que permearam o processo em questão, sabendo que muitas dessas ações foram feitas à revelia de parte considerável da população, numa época em que o estado democrático de direito foi usurpado de forma arbitrária pelo regime ditatorial. (GUERRA E SILVA, 2010: 10)

Guerra e Silva ao realizar, no corpo do texto, aquilo que está indicado na citação anterior, possibilitam que ruídos dissonantes sejam captados. Um destes mostra a não unanimidade na defesa do processo de emancipação que foi antecedido por um plebiscito, com voto não obrigatório, do qual participaram eleitores do povoado de Teixeira de Freitas, pertencente à Alcobaça e eleitores do povoado Vila Vargas, pertencente a Caravelas. Segundo um dos entrevistados, o Sr. Mafran de Oliveira de Souza

Teve fatos pitorescos. Teve um fazendeiro aqui pertinho aqui da gente em Teixeira de Freitas, é mais precisamente, não me lembro o nome dele no momento, mais em frente a fazenda de seu Arnaldo Pinto, já falecido há pouco tempo. Que ele matou algumas rezes, para tirar o povo, para tirar o povo da cidade, para não votar no plebiscito. (In: GUERRA E SILVA, 2010: 83)

O mesmo entrevistado no decorrer da sua fala afirma que o referido fazendeiro era à época vice-prefeito do município de Caravelas e não queria ver consolidada a emancipação de Teixeira de Freitas posto isso significar a perda do povoado Vila Vargas e a consequente diminuição da arrecadação para o seu município, além de implicar um acirramento maior em eleições futuras para vereador. Também é possível inferir, a partir da análise da narrativa, que o artifício usado pelo fazendeiro para atrair a população integrava o cardápio de ações de sociabilidade daquele lugar.

Outras entrevistas dão conta de que distintas estratégias foram utilizadas no momento do plebiscito. Em Teixeira de Freitas os políticos favoráveis à emancipação providenciaram, ao arrepio da lei, o transporte de eleitores de forma a garantir sua participação no plebiscito. O mesmo não ocorreu por parte dos políticos de Vila Vargas (GUERRA E SILVA, 2010), o que contribuiu, além do churrasco, indicado pelo entrevistado Mafran de Souza, para que eleitores daquele povoado não participassem do plebiscito.

A respeito do uso do poder econômico por parte de políticos locais para transportarem eleitores no dia do plebiscito é importante lembrar que este ocorreu em 15 de novembro de 1984, portanto em um período em que, apesar da decantada abertura política, o cenário nacional ainda era marcado pela arbitrariedade do regime militar. Além disso, os políticos locais participavam das composições de poder regional. Este contexto possibilitou, apesar do resultado do plebiscito no povoado de Vila Vargas não ter sido favorável à emancipação, que tenha ocorrido de fato à anexação do referido povoado à cidade de Teixeira de Freitas. Isso foi possível graças a acordos envolvendo políticos locais de Teixeira de Freitas e de Caravelas e os seus aliados regionais fortalecidos pelo regime militar. Segundo, o Sr. Godoaldo Amaral, um dos entrevistados (In: GUERRA E SILVA, 2010: 85) “ACM podia tudo na Bahia”.

Por sua vez, no trabalho de conclusão de curso intitulado “A feira livre, um olhar para a cidade de Teixeira de Freitas – 1960 a 2009” Santos e Maia problematizam, entre outras questões, a certeza da BR 101 associada unicamente a ideia de progresso. Neste sentido as autoras dedicam, um dos itens do primeiro capítulo, a essa discussão, e intitulam este tópico com uma provocação: “Seria “bendita” BR 101?”

A BR 101 começou a ser construída no início da década de 1970 e o trecho que liga Salvador-BA a Vitória-ES, passando pelo, à época, povoado de Teixeira de Freitas, foi inaugurado em 22 de abril de 1973 pelo então governador do estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (KOOPMANS, 2005). Desde 1971, Antônio Carlos Magalhães, em seus discursos e construções de lugares de memória (NORA, 1993) já explicitava que, segundo ele, a região do Extremo sul baiano seria arrancada do atraso e lançada ao ritmo do progresso. Foi assim que o referido governador descerrou/ inaugurou em 20 de maio de 1971, em Teixeira de Freitas, uma placa comemorativa instalada na Praça São Pedro na qual se podia ler

*Este marco é o símbolo da
Redenção do Extremo Sul
que o governo da Bahia
com a ajuda de Deus e o
esforço dos homens
se compromete a realizar. (In: SANTOS e MAIA, 2010: 30)*

O deslocamento do governador do Estado até o povoado de Teixeira de Freitas é um indício de que este agora estava sendo preparado para cumprir um papel outro. Vivenciaria a partir

dali, segundo compromisso assumido pelo governo e escrito em praça pública, um processo de Redenção. É possível inferir que enquanto a festa de descerramento da placa se desenrolava na praça da igreja matriz trabalhadores abriam caminhos e trilhas gestando aquilo que no futuro próximo seria o símbolo maior desta Redenção, a BR 101.

Santos e Maia, no processo de pesquisa tiveram acesso a documentos que indicam a existência de outras leituras possíveis que não somente esta que associa a construção da BR 101 a progresso. Trata-se de uma citação, encontrada no Livro de Tombo da Paróquia São Francisco da Diocese Teixeira de Freitas/Caravelas com registro de 06 de março de 1971, portanto no mesmo ano no qual houve o descerramento da placa, leiamos o que ali se encontra

Provavelmente pela construção da BR 101, houve engarrafamento de água em poços, cavados para aumentar a altura da nova Estrada. Consequência: um surto de Tifo-Malária, que está matando muita gente. Estão chegando família (sic) do interior, famílias inteiras, gravemente doentes, sem nenhum recurso. [...] Muitos casos da doença em Teixeira de Freitas, Rancho Alegre, Posto da Mata, e as crianças continuam a tomar banho, lavar roupas e pratos, nos poços de água na beira da estrada. (In: SANTOS e MAIA, 2010: 31)

Este cenário não parece coadunar com a ideia de redenção proposta pelo governador do Estado. Ao contrário, ele mostra descaso por parte dos idealizadores do projeto provocando mortes de pessoas, famílias inteiras que, ao que parece cumpriam o papel de desempenhar “[...] o esforço dos homens”.

Ainda nesta monografia Santos e Maia, a partir de entrevistas realizadas com feirantes puderam acessar informações sobre este lugar, feira livre de sábado de Teixeira de Freitas, que é historicamente um espaço de disputa dentro das cidades. Bresciani chama a atenção para a ambiguidade da palavra cidade e para as diferentes possibilidades de trato da temática. Ela defende que

[...] as cidades associadas a ideia de modernidade, para o momento em que, na primeira metade do século XIX, são problematizadas em questão urbana, concebidas como um espaço de tensões empíricas e conceituais, concepção que perdura na formulação do paradigma que orienta o conhecimento e a vivência nas cidades contemporâneas. (BRESCIANI, 1993: 12)

Desta forma, pensar a cidade na contemporaneidade é também pensa-la naquilo que está associado à ideia de modernidade em que há conflitos. Nas construções de memória colhidas nas entrevistas há indícios de situações de tensões vivenciadas na organização do espaço da feira no intuito de atender aquilo que se imagina estar associado à ideia de modernidade, a saber, higienização e disciplinarização dos espaços. Espaço aqui compreendido a partir da abordagem proposta por Certeau

Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...] Em suma, o espaço é um lugar praticado. (CERTEAU, 1994: 202)

Acerca deste lugar praticado, alguns dos entrevistados, ao tecer suas memórias, denominaram a referida feira de “Pauzueira”. Segundo um dos entrevistados, feirante desde 1964, essa denominação dizia respeito ao fato da feira ser composta por muitas barracas de madeira (SANTOS e MAIA, 2010), na década de 70 ocorreu um incêndio e as barracas foram destruídas. É possível inferir, a partir de análises das entrevistas, que este acontecimento assumiu o caráter de um marco temporal, expresso nas narrativas, tempo da Pauzueira e depois da Pauzueira.

Quando as pesquisadoras buscaram saber o motivo que ocasionou o incêndio, bem como mais dados sobre o mesmo, depararam-se com o silêncio, ou com o silenciamento do tema. Uma entrevistada, meio desconfiada disse ter sido “alguém“ que mandou fazer o serviço... quem sabe por questões políticas...

O fato é que o incêndio existiu e destruiu a Pauzueira, lugar lido pela administração do povoado, mas não somente, como sendo marcado pela desorganização e sujeira. Ainda que o poder público não tenha se manifestado acerca do incêndio que destruiu a Pauzueira, pois não há registros de nenhum tipo de investigação policial, ela continua a integrar a memória de feirantes, alguns destes chegaram inclusive a perder suas barracas de madeira para o progresso! E diante dos imprevistos do cotidiano se re-inventaram no intuito de sobreviver (CERTEAU, 1994)

O novo arranjo espacial da feira de sábado também foi marcado por elementos que em nada estavam associados à modernidade e progresso. Faz-se aqui esta afirmação a partir do acesso a uma entrevista concedida a estudante Ana Paula Arruda Pinto do colegiado de história do DEDC/X quando da produção de seu trabalho de conclusão de curso no ano de 2014, intitulado “Da pauzueira ao mercadão: embates da modernidade na feira de sábado de Teixeira de Freitas – BA (1985-2000). Pinto, em 2013, teve acesso a seguinte narrativa construída pela Sr^a Marinalva Silva dos Santos, 65 anos, há trinta anos trabalhando na feira, portanto após o tempo da pauzueira. Ouçamos sua leitura do lugar

[...] o povo aqui era feito, índio... sabe? Só tava bem quando tava no meio da bagunça. Aquele meleiro de sangue, aquele meleiro de.. de coisa de fato, aquele meleiro... porque era assim: o povo chegava e despejava um carro aí e descarregava, de carne. Que o povo aqui consumia uma carne 'fila da mãe'. Então eles carregava aqueles carro de carne praí e ficava o fato. O fato aí, os porco, era porco, era cachorro, era tudo quanto era de bicho, puxando. Esses fato aí no meio da rua, era a maior "mundiçada" [...] (In: PINTO, 2014: 57)

Ficam explicitadas, na fala da entrevistada, questões a respeito do imaginário desta, e provavelmente de outros sujeitos de seu convívio, a respeito dos povos indígenas. Estes são usados para ilustrar algo associado à bagunça, à falta de higiene, à desorganização. Nesta narrativa alguns indícios acerca do então povoado são apresentados e este não se prestava a endossar a imagem de progresso e desenvolvimento que, segundo a elite política local e regional, deveria estar associado à sua história.

Em entrevista concedida a mim por Tânia Regina Fernandes Cordeiro, moradora do povoado entre os anos de 1972/1974, esta memorou uma vinheta que circulava através de um sistema de som acoplado a uma bicicleta, de segunda a sábado, durante o dia, no centro comercial e bairros residenciais e dizia: “Teixeira de Freitas é o segundo maior povoado do mundo. Precisamos torná-lo maior para quando for cidade não ser a menor.” Tal afirmação era ouvida pelos habitantes do povoado, e ao que parece guiou a construção de sua história, buscando silenciar aquilo e aqueles que diziam de um cotidiano menos glamouroso, mais humano e complexo e por isso mesmo, apesar dos interditos, histórico.

Considerações

Pelo exposto é possível inferir que a existência de um curso de história na UNEB com o desenvolvimento de uma série de pesquisas voltadas para a história local tem contribuído para que se problematize as memórias e a história da cidade à medida que novos sujeitos tem tido a oportunidade de registrar suas vozes a partir do uso da metodologia da história oral utilizada por discentes do colegiado de história do DEDC/X no intuito de acessar informações e leituras sobre a cidade.

Por outro lado, a partir de orientações de trabalhos de Conclusão de Curso de discentes do Colegiado de História do Departamento de Educação – Campus X – UNEB, acerca da história da referida cidade, em que se fez uso, não sem dificuldades, de fontes orais, arquivo de jornal local, arquivos pessoais e do arquivo da Cúria Diocesana, é possível inferir tensões neste processo de construção de memórias, com espaço para silenciamentos e dores que indicam a existência de cicatrizes da memória.

Como sinalizado no corpo deste texto, silêncios podem constituir indícios de fissuras, talvez tenha isso este o caso, por exemplo, de acontecimentos tecidos à época da pauzueira. Como registrar a história da pauzueira quando se quer dizer do crescimento da feira livre e de seu progresso?

Ainda em relação às disputas de memórias pode-se inferir, pelo exposto, que a memória oficial busca mostrar a Teixeira de Freitas que ia ser e não a Teixeira de Freitas que era. Esta, através deste olhar, não seria digna de texto. Não teria história. Em atendimento a esta concepção Teixeira de Freitas passa a contar quando nela se instala instituições governamentais, entre elas, o símbolo do progresso – a BR 101, expresso de ponta a ponta na cidade que agora constaria no mapa e teria sua escrita assentada na história da Bahia.

Friccionando essa assertiva, a pesquisa indica a existência de sujeitos históricos que se sabem referencias na história da cidade, tendo inclusive atuado a partir de ações de resistência (SCOTT, 1982) ao projeto de ocupação das terras daquele lugar. É possível, pois afirmar que pesquisas desenvolvidas na referida Instituição de Ensino Superior tem dado visibilidade, ao menos ao mundo acadêmico, a sujeitos históricos que a memória oficial, em linhas gerais, busca invisibilizar.

Referências

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da história**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

AMADO, Janaína. **História Regional e Local**. In: **República em Migalhas**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

BRESCIANI, Maria Stella. **Permanência e ruptura no estudo das cidades**. In: *Cidade & História*, vol. 2, n. 1, 1993, pp. 11-26.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FERREIRA, Susana Teodoro. **A vida privada de negros pioneiros no povoamento de Teixeira de Freitas na década de 1960**. Monografia apresentada ao Colegiado de História, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas – Bahia, 2010.

GUERRA, Jailson Carlos Pereira; SILVA, Leonardo Santos. **O processo de emancipação política de Teixeira de Freitas (1972-1985)**. Monografia apresentada ao Colegiado de História, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas – Bahia, 2010.

GOMES, Liliane Maria Fernandes Cordeiro. **Helvécia: homens, mulheres e eucaliptos (1980-2005)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus – Bahia, 2009.

JOUTARD, Philippe. **Desafios à história oral do século XXI**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia M., ALBERTI, Verena (orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC; Fundação Getúlio Vargas, 2000, pp. 31-46.

KOOPMANS, Pe. José. **Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul**. 2. ed. Revisada e atualizada. Teixeira de Freitas: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 2005.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. *Revistas do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História*. PUC-SP, nº 10, dez, 1993.

POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-215.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: Projeto História, São Paulo, 14 fev., 1997, pp. 25-39.

_____. **Ensaio de história oral**, São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PINTO, Ana Paula Arruda. **Da pauzueira ao mercadão**: embates da modernidade na feira de sábado de Teixeira de Freitas – BA (1985-2000). Monografia apresentada ao Colegiado de História, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas – Bahia, 2014.

SANTOS, Alzinete Ferreira ; MAIA, Talita Alves. **A feira livre**: um olhar para a cidade de Teixeira de Freitas – 1960 a 2009. Monografia apresentada ao Colegiado de História, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas – Bahia, 2010.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-graduação em Sociologia, vol 1, n° 1, jul./dez., 1982.

SILVA, José Graziano da. **Terra para quem nela não trabalha**. Portal da Fundação Perseu Abramo. Debate programa para o campo n.7, 1989.